

Mulheres na militância: trajetórias femininas na construção do PT do Rio

Women activism: feminine trajectories in the development of Partido dos Trabalhadores in Rio de Janeiro, Brazil

Ana Maria Mauad¹

amauad@pobox.com

Fernanda Lima Rabelo²

fernandalr@yahoo.com.br

Resumo. As relações de gênero e de geração têm cada vez mais desempenhado um importante papel na interpretação histórica das dinâmicas sociais, que estão marcadas, cada vez mais, pela redefinição dos sujeitos e agentes dessa dinâmica. As discussões sobre gênero e geração ampliaram significativamente o espectro de questões a serem colocadas na pauta de uma História Social, dentre as quais se destacam: as estratégias e táticas cotidianas desenvolvidas pela mulher no âmbito de seu grupo social, garantindo-lhe um espaço próprio dinâmico dentro da sociedade; a construção das identidades sociais no bojo de uma reflexão sobre classe social e o papel desempenhado pela sexualidade na construção das relações sociais. É nesse contexto que se insere o estudo sobre as trajetórias femininas na construção do Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, desde 1980. No processo de atualização da memória, o olhar feminino definiu o roteiro de lembranças. Cada trajetória, diferente entre si, tem como característica um conjunto de temas próprios à condição da mulher trabalhadora e militante. Cruzando lembranças e imagens do passado, recupera-se o texto significativo que atribui a mulher um papel específico na política.

Palavras-chaves: mulheres, Partido dos Trabalhadores, História social.

Abstract. Gender and generations studies have had an important role in the historical interpretation of social dynamics, which have been marked by the redefinition of the agents of that dynamics. The debate over gender and generation have increased questions to be discussed in Social History studies, such as: the strategies and daily tactics developed by women in their social group, assuring them a place into this society; the building of social identities in a reconsideration of social class and the role assigned by sexuality in social relations. It is in this context that we put in the study of feminine trajectories in the development of Partido dos Trabalhadores in Rio de Janeiro, since 1980. In this process of bringing up to date the memory, the feminine glance defined our memory itinerary. Each trajectory has its own set of proper themes from the working class and activism women condition. Going across memories and images from the past, we regain a substantive work that attributes to women a specific role in politics.

Key-words: women, Partido dos Trabalhadores, social History.

¹ Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e pesquisadora do Laboratório de História Oral e Imagem da UFF.

² Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense, mestranda em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e bolsista da CAPES.



Introdução

Uma charge do Jornal do Partido dos Trabalhadores, publicada em Março de 1980, mostra um executivo contratando uma secretária:

- *Evidentemente aceitamos mão-de-obra feminina aqui, apenas ela tem que atender certos requisitos, como por exemplo não se casar, pois não queremos maridos ciumentos quando ela fizer serão.*
- *Não pode ter filhos, pois não temos creche.*
- *Não pode ter mais de 30 anos, por problemas de varizes (aqui se trabalha de pé).*
- *Não pode ter excesso de peso, pois isto diminuiria seu rendimento.*
- *Deve ter dentes bons para que possa almoçar rápido.*
- *E finalmente ser loura, que eu gosto mais.* (Jornal do PT, 1980, p. 7).

Logo abaixo da charge, uma manifestação do Partido dos trabalhadores: “O PT é solidário com a luta das mulheres”.

Essa charge sintetiza uma época onde o feminismo e o movimento de libertação das mulheres começa a aparecer no quadro de luta de movimentos nacionais e a compor a própria pauta do PT.

A década de 1980 no Brasil vai ser marcada por lutas no âmbito da procura de melhorias para a vida da classe trabalhadora feminina, que começa a ganhar finalmente seu espaço a partir de fins da década de 1960, encabeçadas por movimentos feministas na Europa e nos EUA. Neste momento, a Guerra do Vietnã, a luta pelos direitos civis, o movimento *hippie* e a ampla manifestação da rebeldia dos *campi* configuraram um novo perfil ideológico na luta política dos excluídos, destacando-se a reestruturação das relações de gênero e geração³.

No Brasil a redefinição do perfil ideológico dos movimentos populares se faz na resistência à ditadura militar. A luta contra o autoritarismo congrega, desde fins dos anos 1970, diversos grupos que se organizaram em torno de problemáticas específicas, mas que ao poucos foram ganhando apoio de amplos setores da população – como é o caso do movimento pela anistia, posteriormente, o movimento pelas Diretas Já. Neste sentido, as discussões sobre gênero e geração foram colocadas em segundo plano na pauta política, em função da luta pela redemocratização ampla geral e irrestrita.

A inserção das mulheres na luta contra a ditadura e pela redemocratização do país orientou-se pela sua inserção

em grupos políticos de esquerda (o Partido Comunista, a Liga Operária entre outros grupos diversos). Estes contaram com a participação feminina desde sua fundação, tanto na luta armada quanto na orientação ideológica dos movimentos sociais. Porém, nem sempre essa participação vai ser igualitária. Em geral, às mulheres foram reservadas posições secundárias, gerando e reproduzindo, em grande medida, os preconceitos disseminados no conjunto da sociedade.

Na década de 1980, a abertura política redefine os rumos da luta feminina, que passa a integrar de forma mais clara a pauta de reivindicações sociais. O Movimento de Anistia, a partir de 1978, vai configurar um novo papel para as diversas mulheres que nele militam, assumido na luta pela libertação e volta de presos políticos para o país. Muitos deles filhos, maridos, irmãos, amantes ou caros amigos.

A luta feminina também incorpora as reivindicações por igualdade entre classes e democracia, que estiveram presentes ideologicamente nos partidos de esquerda na década de 1970 e que, portanto, foram incorporadas ao PT.

O Partido dos Trabalhadores, não obstante, vai contar desde a sua fundação com a participação feminina. Na charge de 1980, que abre este artigo, fica evidente a preocupação do PT desde a sua fundação, com as reivindicações do movimento social das mulheres. Neste sentido, o tratamento da questão feminina no PT pode ser dividido em duas grandes fases, uma que compreende a década de 1980 e outra que começa a se configurar no início da década de 1990, a partir do primeiro congresso do partido em 1991.

Estabelecendo a agenda política e definindo diretrizes de ação social: os anos 1980

Nesta primeira fase, a temática dos movimentos das mulheres assimiladas ao PT vai contar com a reivindicação pela igualdade de gênero dentro das forças de trabalho, além de melhoria da saúde e causas sociais, como o combate à violência, o acesso à educação, o movimento por creches e o direito ao aborto.

A pauta do movimento se direciona para a organização das mulheres através de luta comum, provando “o papel destacado das mulheres trabalhadoras e do povo nas lutas populares” (Companheiros e Companheiras, 1981, s/p). A Comissão das Mulheres do PT, criada antes de 1981, tem como objetivo estimular a discussão sobre a questão da mulher, para poder fornecer elementos para a compreensão da opressão feminina, do movimento das mulhe-

³ Para melhor entender este momento, vide Hobsbawm (1995).

res no país e de sua participação no PT (Companheiros e Companheiras, 1981).

Além disso, a Comissão coloca em questão a iniciativa do nascimento de uma linha do PT para o movimento das mulheres. Para isso, é importante criar efetivamente um espaço de discussão maior, onde as mulheres possam sentar e discutir política e organizar, dentro do partido, sua própria luta. O PT surge no cenário político como um partido que “[...] está presente nesse movimento e deve estar presente cada vez mais e melhor, compreendendo, impulsionando e fortalecendo as lutas das mulheres, como parte das lutas de todo o povo trabalhador” (Companheiros e Companheiras, 1981, s/p).

Portanto, o movimento das mulheres num primeiro momento vai estar assimilado à construção tanto ideológica quando política de um movimento coeso de luta contra a opressão de gênero. No PT, a organização das mulheres vai se dar através da Comissão das Mulheres, que, no entanto, desde a sua criação estava atrelada a Secretaria dos Movimentos Sociais, apontando assim a sua estreita relação com uma pauta política mais ampla.

Em 1982, ocorre em São Paulo o primeiro Encontro Nacional do PT para a Discussão das Questões dos Movimentos das Mulheres (Documento da Comissão das Mulheres do PT-SP, 1982, s/p). Este ano é marcante na História do movimento e do partido, já que é o ano das primeiras eleições em que o PT concorre. É um momento de grande entusiasmo e organização, e isso reflete tanto no partido como um todo quanto no movimento da Comissão das Mulheres do PT.

Nesse encontro, cujo tema era As Mulheres do PT e as Eleições, um documento elaborado pela Comissão das Mulheres do PT de São Paulo avalia a situação destas na sociedade e quais as suas reivindicações. Além disso, acentua também a luta por organização das mulheres dentro do partido. O documento assinala que este, ao contrário de outros partidos que “usam das mulheres e de suas bandeiras com objetivos meramente eleitorais”, se coloca ao lado das mulheres, contra a opressão e respeitando as formas de organização advindas de sua própria luta. A Comissão das Mulheres aponta também como problemas dentro da luta política o aparelhamento, as correntes sexistas, que “defendem uma posição antipartidária e apolítica” e o descompromisso dos próprios companheiros do PT com o trabalho das mulheres, “tanto para a solução de suas questões específicas quanto para a sua integração nas lutas dos trabalhadores” (Documento da Comissão das Mulheres do PT-SP, 1982, s/p).

Assim, a Comissão das Mulheres PT-SP considera este ano como um marco de consolidação do partido, e essa consolidação vai ser importante para fazer crescer ainda mais o movimento de organização feminina. Tendo em vis-

ta estes compromissos vai ser criada em 1987 a Sub-Secretaria de Mulheres do PT, permanecendo ainda ligada a Secretaria Nacional de Movimentos Populares.

Nesse sentido, o movimento aposta num maior inserção das mulheres na luta por justiça social. Aos poucos as metas do partido vão se redefinindo a fim de buscar cada vez mais uma maior inserção política feminina. O movimento almeja uma organização de políticas públicas através de um organismo de articulação destas políticas, e através “[...] do incentivo e metas que apontem a necessidade da participação das mulheres em todas as instâncias administrativas e políticas da sociedade brasileira” (Plano de Ação de Governo – Proposta em relação às mulheres, feito após 1984, s/p).

O 2º. Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento das Mulheres, realizado em Julho de 1987 em Vitória, reflete as mudanças ocorridas dentro do movimento das mulheres desde o 1º Encontro Nacional. A pauta de discussão inclui, além da luta pela libertação das mulheres, questões relativas ao trabalho feminino no próprio partido.

Uma circular da Secretaria Nacional dos Movimentos Populares do PT e da Sub-Secretaria Nacional das Mulheres para as secretarias estaduais especifica o objetivo principal da reunião, de “retomar o processo de organização das militantes petistas do movimento das mulheres” (Partido dos Trabalhadores, 1988, s/p). Sistematizam-se as discussões com o objetivo de definir a linha política do partido a respeito da luta pela libertação das mulheres, do feminismo e de mulheres dentro do PT, incentivando o processo de organização das mulheres nos estados e nacionalmente.

O Encontro de Vitória, portanto, foi importante para o movimento das mulheres, pois tenta dar amplitude às discussões internas do partido e da organização feminina, não somente em lutas sociais, mas também pela luta política e organizativa do movimento no PT, que aos poucos se institucionaliza. Assim, Vitória é visto como um marco onde se deu: “[...] um passo importante em nossa organização do partido. O processo de organização das militantes e a formação e consolidação das Comissões de Mulheres é o nosso passo seguinte para que possamos implementar as decisões do encontro” (Partido dos Trabalhadores, 1988, s/p).

A partir de 1987 é possível perceber uma crescente insatisfação das mulheres no PT em relação à compreensão de membros do partido sobre a importância da luta feminina. No “Relatório da Reunião Nacional de Militantes Petistas no Movimento das Mulheres” de 1988, é afirmado que: “No PT há uma tendência para ignorar as questões específicas ou isolá-las como um gueto” (Partido dos Trabalhadores, entre novembro de 1987 e maio de 1988, s/p). O objetivo então da Sub-Secretaria das Mulheres seria o de evitar essa dupla tensão e organizar o trabalho a fim de



fazer o PT avançar na sua elaboração política; na organização da intervenção no movimento; no combate aos preconceitos existentes ao machismo; no avanço da consciência das militantes de sua opressão específica como mulheres; na incorporação do feminismo; na construção do PT como partido revolucionário onde a luta pela libertação das mulheres não seja apenas uma questão das mulheres, mas de todo o partido (Partido dos Trabalhadores, entre novembro de 1987 e maio de 1988, s/p).

Ainda em 1988 é proposta ao PT a criação de uma “Secretaria Especial da Mulher”⁴. Esta teria como objetivos fundamentais: formular diretrizes que atendam as necessidades das mulheres; elaborar em conjunto com outras secretarias programas de políticas públicas nas áreas que interferem diretamente na situação da mulher na sociedade; trabalhar em conjunto com secretarias afins na execução e fiscalização das políticas públicas específicas; estimular e desenvolver o estudo e diagnóstico da situação da mulher no município; estabelecer programas de formação e treinamento pessoal de servidoras públicas municipais e elaborar material de ação educativa para o esclarecimento dos direitos da mulher. Tais objetivos apontam para uma certa autonomização das questões de gênero na pauta política e o reconhecimento da diversidade dos sujeitos sociais, no processo de transformação da sociedade.

A elaboração da Constituinte em 1988, com ampla participação do PT, foi um passo importantíssimo para a discussão da questão da mulher. Neste sentido, a Sub-Secretaria Nacional das Mulheres elabora um programa alternativo de Governo (PAG) (Partido dos Trabalhadores, 24 de dezembro de 1989, s/p).

O programa é amplo e propõe mudanças significativas relacionadas às melhorias das condições de trabalho feminino doméstico, no mercado de trabalho em geral (com o objetivo de proibir qualquer discriminação por sexo, cor ou estado civil), criar meios para diminuir a violência contra a mulher, o sexismo na educação escolar e propostas relativas à saúde e aos direitos produtivos (algumas bem atuais em relação ao movimento internacional das mulheres, como o incentivo à pesquisa de métodos anticoncepcionais masculinos e à descriminação ao aborto, que vai desencadear em uma grande campanha organizada pela sub-secretaria das Mulheres do PT).

Assim, a organização das mulheres no PT, que no início da década de 1980 visa enfatizar as lutas sociais, com o passar dos anos cada vez mais vai lutar por uma representatividade na estruturação interna do partido. A reivindicação para o aumento dessa representatividade e

legitimação do movimento vai resultar numa discussão interna, que culmina numa grande vitória para as petistas em 1991, quando é aprovada uma cota mínima de trinta por cento de mulheres na direção do partido, no 1º Congresso do Partido dos Trabalhadores, realizado entre 27 de novembro e 1º de dezembro (Godinho, 1998, p. 26).

A política de cotas, também chamada de ação afirmativa, começa a ser reivindicada por mulheres devido à falta de representantes femininas nas direções, apesar de nas eleições em 1988 terem sido eleitas 36 prefeitas, além de 1000 vereadoras no país. Esta mesma eleição leva a um questionamento interno do partido, que se vê contraditório ao que tinha sido o resultado das eleições.

A Comissão Estadual de Mulheres de São Paulo apresenta, na proposta de emendas das mulheres no partido, que apesar de as mulheres estarem no PT desde sua fundação, construindo núcleos e participando ativamente, a falta de representantes femininas em direções partidárias era nítida, pois:

Se por um lado, é facilmente perceptível a presença de mulheres nessas instâncias, por outro, constata-se sua exclusão quase completa das direções partidárias (...) Essa situação é tida por muitos como ‘natural’. No nosso ponto de vista não é. Por isso apresentamos propostas de ações afirmativas, entre elas a política de cotas, a fim de contribuir para a democracia de gênero na construção partidária (Proposta de Emendas das Mulheres para o Primeiro Congresso do PT, novembro de 1991, s/p).

Essa contradição interna do Partido fica ainda mais forte pelo PT ter sempre se dedicado ideologicamente às questões relacionadas ao gênero feminino. Uma das causas incorporadas pelo partido foi o movimento pela defesa do direito ao aborto em 1987 (Soares, 1989a e b), defendido no Projeto de Constituinte do Partido dos Trabalhadores, apresentado ao Congresso em 1988.

O Projeto do PT para a Constituinte se apresenta como um projeto alternativo de organização dos trabalhadores. Três aspectos de destacam em relação às lutas femininas: a luta contra a discriminação, a defesa do direito à livre orientação sexual e a descriminação do aborto.

Apesar da iniciativa inovadora do Projeto, no quadro político o partido continua a manter uma política indiferente quanto à participação política feminina, onde desde 1980 a presença masculina nas direções do partido se mantinha em 90% (Godinho, 1998, p. 26):

No final dos anos 80 ganha força um outro objetivo: a

⁴ Partido dos Trabalhadores. Documento Preliminar elaborado pela Comissão das Mulheres do PT-SP e entregue à coordenação dos grupos de Trabalho em 3 de dezembro de 1988.

necessidade de ampliar os espaços de participação política das mulheres. À medida que o partido se construía, se consolidava, ganhava seu espaço na sociedade, estabilizava sua camada de direção e de expressões públicas, as mulheres iam perdendo espaço. Foi no bojo dessa avaliação que se propôs uma política de ação afirmativa (Godinho, 1998, p. 21).

Portanto, na década de 1990, outra questão relativa à luta das mulheres começa a ser debatida no PT: a organização interna do partido, com a afirmação das mulheres no âmbito político.

Consolidando o espaço de representação política feminina: os anos 1990

A década de 1990 vai ser marcada cada vez mais por discussões sobre a participação feminina na vida política do país. O número de mulheres na população economicamente ativa cresce e isso se manifesta também na esfera política. As mulheres brasileiras começam a participar mais ativamente de fóruns políticos internacionais. Em 1991, ocorre uma grande vitória para o movimento de mulheres no PT: a Sub-Secretaria de Mulheres passa a se constituir como uma Coordenação (Setor) de Mulheres, desvinculando-se da Secretaria de Movimentos Populares (Documento da Sub-Secretaria de Mulheres do PT/RJ, s/d, s/p).

A desvinculação do PT com a Secretaria Nacional de Movimentos Populares representou a consolidação de um espaço autônomo de luta e o reconhecimento dentro do partido de questões próprias a causa feminina. Por outro lado, o estabelecimento das cotas de 30% para a participação de mulheres na direção partidária, consolidam a representatividade das questões de gênero na esfera política abrindo caminho para a construção de uma agenda específica nas eleições de 1992.

Neste sentido, a Coordenação das Mulheres prepara em 1992 um Boletim informando 13 pontos que o candidato petista deve defender na luta contra a discriminação da mulher⁵. A elaboração desses 13 pontos teve como finalidade acabar com os preconceitos que persistiam na organização partidária, “[...] muitas vezes insultantes, na nossa imprensa, em materiais de campanha, na forma como o PT freqüentemente apresenta as mulheres em seus pro-

gramas de televisão” (PT Informa Mulheres, 1992, s/p).

Vemos também neste momento o acirramento de brigas internas partidárias, cujo ânimo em relação à atitude dos homens em relação às mulheres e sua pauta não são os melhores, vide as vorazes críticas das mulheres em relação ao tratamento de suas questões dadas pelos homens no PT.

Em 1993, a questão do aborto é colocada em pauta no IV Encontro Nacional de Mulheres do PT, realizado entre 28 e 30 de maio (Mulheres, 1993). Uma ampla campanha é feita pela Sub-Secretaria Nacional das Mulheres, conjuntamente a uma campanha internacional de direito ao aborto. O objetivo seria elaborar propostas que garantissem o direito ao aborto e levantar o debate para a sociedade, a fim de descriminá-lo (na revisão do Código Penal de 1940, o aborto era enquadrado como crime, prevendo pena de prisão para quem o pratica) (Mulheres, 1993).

Neste mesmo encontro é discutida a proposta de organização da Sub-Secretaria Nacional do PT como uma secretaria nacional do partido, a fim de organizar as sub-secretarias em todos os estados, a partir da coordenação já elaborada anteriormente.

Em 1995, é realizada IV Conferência Mundial das Mulheres, que vai contar com inúmeros grupos feministas e centenas de grupos de mulheres, incluindo organizações como movimento das mulheres negras, movimento de grupos da periferia e da cidade, sindicatos de empregadas domésticas, movimento das mulheres urbanas e rurais, trabalhadoras de centrais sindicais, entre outros (Soares, 1998).

Esta diversidade de grupos que se formam no Brasil e que visam organizar movimentos combativos à desigualdade de gêneros traz à tona discussões sobre a própria estruturação da sociedade, que vai refletir também na organização interna do partido, pois: “[...] as mulheres dos movimentos pertencem a grupos e classes sociais diversos, a raças e etnias diferentes, com sexualidades e trajetórias políticas distintas” (Soares, 1998).

Portanto, o PT neste momento vai se defrontar com reivindicações cada vez mais fortes de grupos que o compõem e que visam ser representados e legitimados pelo partido, que desde sua origem tem um discurso pluralista e de defesa das minorias e dos excluídos.

A politização da classe feminina e a conscientização do seu papel na sociedade foram fatores essenciais de incorporação das lutas pelo direito da participação política feminina no partido. As mulheres fazem parte da própria constituição do PT, e o senti-

⁵ Dentre os 13 pontos, destacam-se: punir as manifestações de discriminação contra a mulher do campo e da cidade, apoiar iniciativas para que o trabalho doméstico deixe de ser “obrigação” das mulheres e passe a ser do homem e da sociedade, garantir que as mulheres possam decidir se querem ter filho ou não, reivindicar atendimento obrigatório na rede pública de saúde para os casos de aborto previstos em lei, promover políticas que visem a profissionalização das mulheres e criação centros de atendimento jurídico e psicológico às mulheres, com funcionários especializados.



mento de pertencimento, neste momento, vai ser essencial para pensarmos a organização interna do partido. A integração das mulheres com a luta política foi, assim, o elemento decisivo de proposta para a bancada feminina no PT neste momento.

Em 1995, pôde ser vista uma outra vitória feminina: a introdução da cota mínima de vinte por cento de mulheres nas listas partidárias para as eleições proporcionais (Borba, 1998).

O projeto, uma iniciativa da então deputada Martha Suplicy do PT foi modificado para a aprovação, de 30% para 20%, porém mesmo assim constituiu-se enquanto uma mudança considerável para a política no país, cuja iniciativa se deu justamente no PT, em 1991. Outros partidos tomaram essa iniciativa somente em 1996 (As eleições de 1998, Ações Afirmativas, s/d, s/p).

A campanha “Mulheres sem Medo do Poder”, desencadeada pela bancada feminina no Congresso, visava encorajar as mulheres a se filiarem e se candidatarem nas eleições, em 1996. A Secretaria das Mulheres do PT, neste sentido, promoveu seminários e palestras para discussão desta iniciativa, mostrando que: “as mulheres reconhecem a importância de sua participação política, mas reconhecem também as dificuldades desta atuação” (Borba, 1998, p. 168).

Além dos seminários, uma campanha com distribuição de panfletos e informativos para conscientização das mulheres foi amplamente divulgada, com o objetivo de trazer as mulheres para o debate político, promovendo a discussão e o questionamento. É também incentivada a “criação de condições efetivas para potencializar as candidaturas femininas – formação política, suporte financeiro” (Borba, 1998, p. 168), como a feitura do “kit lilás” no PT (lilás sempre foi o símbolo da luta feminina no partido), contendo: adesivos para carros, praguinhas, *bottons*, panfletos, cartazes, camisetas, bonés, garantia na participação de programa em tvs e rádios, oficinas de preparação e sensibilização, comitê da candidata e logomarca.

A implantação de cotas na bancada de partido foi importante por incorporar este grupo na discussão política, porém foi e é objeto de bastante discussão. Uma das questões debatidas seria a da efetividade das ações afirmativas, que ao mesmo tempo em que tentam afirmar a participação da mulher, mostram que esta ainda é excluída na sociedade e que se a democracia tanto desejada pelas mulheres fosse de fato real, não seria necessário a implantação de cotas.

Dentro do partido isso vai afetar as relações en-

tre os princípios partidários que só puderam ser alcançados com o implemento de leis (cotas). Essa discussão vai ser constante durante a década de 1990, e vai deflagrar divergências internas do partido.

A institucionalização do partido é também um elemento que se torna visível com a institucionalização do movimento das mulheres e com a criação da Secretaria das Mulheres em 1996. Porém, desde sua fundação, mantém-se um discurso de caráter plural, de incorporação de movimentos diversos. A fundação, a campanha de legalização e a luta por movimentos no período de redemocratização vão constituir o partido como um espaço de discussão e de diversidade que nenhum outro foi capaz de criar. Em documento da Secretaria Nacional das Mulheres de 1997, afirma-se que:

Hoje, a História das Mulheres do PT se confunde com a história do próprio partido e tem reconhecimento interno e externo, sendo motivo de legitimidade do partido quando discorre sobre o tema ou implementa ações específicas levando em conta as necessidades políticas das mulheres. O PT vem avançando na compreensão da necessidade de organização das mulheres, mas o entendimento das questões centrais do movimento das mulheres ainda é muito frágil (6º Encontro Nacional de Mulheres do PT, 1997, s/p).

Assim, a participação feminina vai estar presente em discussões seja por reivindicações de igualdade social seja por partidária. O partido vai ser visto como participativo nas lutas pela classe trabalhadora – e do movimento das mulheres – que poucas vezes foram ouvidos por outros partidos políticos até então. Porém a luta interna das mulheres continuaria, para a manutenção de princípios partidários pluralistas e de incorporação de movimentos.

O movimento das mulheres petistas não abraçou somente as causas feministas, foi além: redefiniu o papel histórico do sujeito-mulher na construção de um espaço legítimo de representação social. A trajetória de construção do partido dos trabalhadores confunde-se com a trajetória das mulheres que o ajudaram a se erigir, e a se consolidar como um partido de caráter nacional. Independentemente de levantarem ou não bandeiras de caráter eminentemente feministas, as mulheres petistas, por sua condição militante, ampliaram de forma decisiva o papel da mulher na sociedade brasileira contemporânea⁶.

⁶ Em 2002, o Laboratório de História Oral e Imagem junto com o Núcleo de Estudos Contemporâneos, ambos da UFF, organizaram um projeto junto a Fundação Perseu Abramo para a construção da memória do PT do Rio. O projeto se organizou em torno da metodologia da história oral e definiu como sua comunidade de entrevistados a militância de base, grupo que



“Vivendo e aprendendo a jogar, vivendo e aprendendo a jogar, nem sempre ganhando, nem sempre perdendo, mas aprendendo a jogar”⁷

Glorinha, Etelvira, Yvone, Zelma, Iná, Estela Regina⁸, seis mulheres, seis trajetórias definidas dentro de um campo de possibilidades delimitado pelo pertencimento a uma geração, pela condição social, pelo engajamento político e pelas injunções históricas de estarem em certo lugar num determinado momento.

Diz Zelma:

Casei, fui morar no Lins, alienada ainda, algumas coisas me chamavam atenção mas eu não entendia muito direito... eu trabalhava o tempo todo, trabalhei como secretária no edifício avenida Central, que é Rio Branco 156, que era na época um edifício recém construído, primeiro edifício com elevador com célula fotoelétrica na porta, que era uma novidade absoluta. E lá um dia eu desço do trabalho às seis horas da tarde, vou me encaminhando pro passeio público pra pegar meu ônibus pra vir embora pra casa em Vila Isabel e aí vejo passar umas pessoas na rua: “mataram um estudante, se fosse filho seu” com uma camisa ensangüentada... que isso? Eu não sabia de nada, de nada e... mas segui, eu digo o que é isso, fui seguindo, entrei na hoje Câmara dos Vereadores, na época era Assembléia Legislativa, onde é a câmara lá na Cinelândia. Eu entrei atrás para ver aquilo e as pessoas estavam falando da morte do Edson Luis no Calabouço, só que eu estava assim absolutamente crua, fiquei olhando aquilo meio apavorada, sem entender nada, e quando quis sair pra ir pra casa eu não podia mais, porque lá fora estava bomba de gás lacrimogêneo, gente entrando, voltando, gente que queria sair, voltando com a perna toda ensangüentada, estilhaços de bomba, então... “Ninguém sai, ninguém sai, aqui vocês estão protegidos, aqui é a casa da lei, fica aqui”, aquele clima todo. Eu comecei a acordar pra alguma coisa

realmente tava acontecendo, né? E... engraçado eu participei desses momentos todos é... circunstancialmente, absolutamente circunstancialmente. [...] Eu era assim com 22 anos, 23 anos, completamente alienada de qualquer coisa.

Zelma, nasceu em 1947, “filha de jacaré com cobra d’água”, como ela mesma declarou, pois seu pai era militar e sua mãe, com quem ele se casou, a empregada. Enquanto seu pai era vivo, tinham uma vida confortável mas, depois que ele morreu, ela precisou trabalhar e sua vida passou aos poucos a se redefinir em função de uma maior autonomia familiar. Aos 30 anos, mudou-se para Petrópolis, com a filha pequena, para estudar Psicologia.

Bom. Aí eu tive minha filha, quando ela tinha dois anos me separei do marido, voltei a morar na casa da minha mãe, fiquei meio, meio entediada da vida, resolvi voltar a estudar. Tinha parado com 18 anos quando papai morreu eu tive que largar tudo para continuar trabalhando e manter a família. Aí o que aconteceu? Fiz supletivo. Isso foi em [19]77 já, fiz supletivo, passei em todas as provas, prestei vestibular pra ter experiência de prova, mas passei, na Católica de Petrópolis pra Psicologia, e na Cesgranrio para Comunicação que é o que eu queria fazer, mas os conflitos familiares, com minha irmã em casa, me levaram a escolher Petrópolis; fui pra Petrópolis com minha filha pequena, tinha 5 anos na época, e lá começou a minha história política [...] naquele mundo novo da universidade, fui sozinha com a minha filha, pela primeira vez dona de mim mesmo, sem pai, sem marido, sem irmão, sem nenhuma tutela, comecei a poder escolher as pessoas com quem eu ia conviver e escolhi um grupo que tava rearticulando os D.A’s na, na universidade, C.A’s D.A’s, diretórios acadêmicos, centros acadêmicos, porque tinham sido extintos, não podia DCE e tal, e eu peguei essa época em que eles estavam ameaçando voltar, se reorganizando e aí eu achei interessante algumas pessoas, eram as pessoas que me pareciam mais brilhantes, mais interessantes, mais inteligentes, estavam naquele grupinho que brigavam contra o aumento da mensalidade, e distribuía um jornal que chamava “o companheiro”, aí eu lia o jornal o compa-

desempenhou um importante papel em diferentes campanhas da formação do partido. A escolha da comunidade de entrevistados foi realizada segundo a seguinte estratégia: de um universo de 100 indicados pelo PT do Rio, escolheu-se 13 pessoas, número que, além de simbólico, seria condizente com os limites de tempo e de condições materiais disponíveis; A escolha dos 13 guardou critérios de localização no Estado do Rio de Janeiro (Capital, interior, região Serrana, Baixada Fluminense, etc.); gênero; participação em organizações sociais e/ou clandestinas antes do PT (associações de moradores, movimentos de base da igreja, movimento estudantil, Ala vermelha, MEP, Liga Operária, MR8, Comitê Brasileiro de Anistia, entre outros). Deste conjunto, ficamos coincidentemente encarregados de entrevistar quatro mulheres empenhadas na criação do partido, a este conjunto agregamos mais duas, entrevistadas por outros membros da equipe. No processo de atualização da memória, o olhar feminino definiu o roteiro das lembranças. Cada trajetória, diferente entre si, tinha como característica um conjunto de temas próprios à condição da mulher trabalhadora e militante.

⁷ *Aprendendo a jogar*, de Guilherme Arantes, cantada por Elis Regina.

⁸ Maria da Glória Ribeiro entrevista realizada em 1º de abril de 2003; Etelvira Cunha Oliveira entrevista realizada em 12 de dezembro de 2002; Iná Meirelles de Souza entrevista realizada em 29 de novembro de 2002; Estela Regina de Araújo entrevista realizada em 2 de dezembro de 2002; Yvone Costa de Souza entrevista realizada em 27 de fevereiro de 2003; Zelma Rabello entrevista realizada em 20 de outubro de 2002. Todas as entrevistas encontram-se depositadas no Laboratório de História Oral e Imagem da UFF.



nheiro [...] e aí comecei a vender “o companheiro”[...] Sem ter a menor idéia, a menor idéia ainda de que aquilo, aquele era um jornal de uma organização clandestina que era do MEP, não sabia, não sabia, mas estava absolutamente comungada com aquilo [...] e eu chegava de gaiata na história até que eu comecei a fazer movimentos próprios, pensei numa creche pra universidade, porque a universidade, eu tinha filha pequena, com 5 anos, tinha que freqüentar aulas, meu curso era horário integral, e eu tinha que freqüentar aula com ela, o dia inteiro, [...], como à universidade não interessava que o DCE estivesse dentro, próximo do estudantado, a reitoria alugou uma casa para funcionar o DCE que era um palacete, mas era muito distante da universidade. Mas tinha 20 cômodos, um muro imenso, uma casa deliciosa e tal; e nada funcionava lá, [...] mas aí eu pensei que lá podia funcionar uma creche, assim... e organizei, coordenei, fiz uma pesquisa, sabe, sobre a necessidade da creche, [...] bom, que vai trabalhar nessa creche, pensei em estagiárias, bolsistas. Que a universidade desse em contrapartida o trabalho delas na creche, a anuidade escolar, que a universidade fazia isso com algumas funcionárias, algumas estudantes, e aí fizemos o projeto todo, instalamos a creche, precisávamos das estagiárias e aí o reitor não cedia... [...] e inacreditavelmente as pessoas saíram de sala, acompanharam e eu ia a frente feito uma líder que eu nunca tinha sido antes e “vai Zelma, vamos lá, queremos a creche”, num sei que e aí o povo veio, veio, aquilo foi formando um roldão chegamos à reitoria, o reitor se escondeu, disse que não recebia, que só recebia uma pessoa, as pessoas me empurraram “vai Zelma, vai lá é você”, é... eu fui e ele: [...] e aí, a gente conseguiu as estagiárias pra creche, a creche funcionou, era um modelo, àquela época não existia nada parecia, [...] e eu acho que a partir dessa história, os meninos do DCE que viam as meninas do DCE, que éramos eu e Bete, minha comadre, minha amiga até hoje, é viam com certo tipo, passando a mão na cabeça, deixa elas, a gente nunca tinha oportunidade, nossa voz era sempre a última, nosso ponto de pauta sempre ficava pra outra reunião porque não dava tempo, essas coisas todas, passaram realmente a nos dar um lugar, até porque a creche foi efetivamente a única coisa que funcionou de fato no DCE”.

Das seis entrevistadas, Zelma é a única que se declara abertamente feminista. Sua identidade de militante se construiu no processo de defesa dos direitos da mulher. Não se engajou em movimento clandestino algum, mas fundou o PT de Petrópolis, largando o curso de psicologia no quinto ano para ser militante tempo integral do PT. Entrou

para a assessoria de Lucia Arruda e depois assessorou outros deputados, inclusive casando-se com um, Luis Paes Selles. Sua atuação no PT sempre esteve atrelada à militância feminista, amplificando suas lutas pessoais na esfera pública por meio das bandeiras especificamente ligadas aos direitos da mulher. No entanto, possui uma visão crítica da forma elitista como este movimento se desenvolveu dentro do PT Rio.

A participação das mulheres, a gente sabe que o PT levantou [...], porque isso estava no programa do PT, porque tinha gente dentro do PT que tinha levantado essa história. Mas... essa história das cotas, essa história de licença maternidade, todas essas histórias que favorecem a participação feminina vieram sim do PT, foram inauguradas pelo PT, e foram carregadas pelo PT e nós obtivemos conquistas, e, por causa disso, mas eu me lembro que participei do núcleo de mulheres do PT e me afastei dele porque era elitista, muito elitista, porque era, nós éramos, porque eu fazia parte, umas 10, 11 mulheres, quem sabe 13 mulheres e não passava disso porque quando chegava uma mulher que queria... que dizia alguma coisa que contrariava é... o pensamento vigente, ou alguma fala mais atrasada, ela era quase que banida, as pessoas, as outras, as mulheres do núcleo de mulheres do PT riam delas, dessa mulher, riam dessa mulher, fofocava entre si, menosprezavam a companheira, e não abriam, e era, e havia uma luta de poder dentro do núcleo de mulheres do PT que me fez sair porque não suportava o elitismo que acontecia, é muito triste falar isso, mas alguém tem que falar isso, alguém tem que dizer isso, e, não é que não tenha dado resultado, mas eu ainda não me convenci [...] nunca quis estar numa panela, não faço parte de panela nenhuma, a não ser que a panela caiba realmente uma feijoada, com pé de porco, orelha de porco, além da carne seca e do lombo, uma panela de feijão que só tenha a carne seca e o lombo pra mim não tem a mesma graça, sabe, eu, essa crítica a gente tem que fazer porque, fazer crítica mesmo pra melhora.

Diferentemente de Zelma, Glorinha conseguiu se formar em Psicologia pela UFRJ em plena ditadura militar. Lecionou no ensino superior por toda a sua trajetória, atuando ativamente no sindicato dos professores do Rio de Janeiro e na Andes (Associação de Docentes do Ensino Superior). Ingressou no PT a partir da militância sindical, sendo uma das fundadoras do PT do Rio. Sobre a questão da mulher, diz o seguinte:

[...] eu vejo uma diferença grande entre, por exemplo, o movimento sindical e o PT nisso aí. Quer dizer, eu não

tenho clareza se, pra te dizer assim: "não, o feminismo não é uma bandeira importante no partido", quer dizer...[...] a questão da mulher conseguiu uma certa afirmação razoável. Quer dizer, por mais que você num...Num...Tenha críticas a, por exemplo, a coisa de cotas que se implantou [...] Eu não acho que é porque dentro do PT, o ... As feministas conseguiram ... eu acho que é uma coisa que é o resultado de um conjunto de coisas. Acho que...da mesma maneira como você vê como mais plural, acho que ele é mais plural nisso também [...] Movimento sindical é mais, é mais duro nisso. Sem dúvida nenhuma. Porque é um negócio assim, quer dizer, não é que não aceita. Entendeu, quer dizer, a minha vivência, era um negócio assim: tudo bem, as mulheres tão ali, mas mulher que pensa e fala...é...doente, entendeu? (risos) A volta é pesada. Você tem que ter muita... Né, e eu, e eu senti muitas vezes. No partido eu senti isso...muito menos, entendeu, isso.

É interessante perceber uma trajetória que engrena vida profissional à militância política, dimensiona as relações de gênero como um elemento de construção cotidiana do sujeito político. Em seu relato, Zelma chamou atenção para o fato de que o preconceito se define na luta ideológica também, caracterizando, na linha de Joan Scott, que as relações de gênero se definem como relações de poder e de disputa pela hegemonia (Scott, 1992, p. 63-96).

A hegemonia masculina, na política, se processa através do estabelecimento de papéis definidos pela condição de gênero. O relato emocionado de Yvone revela aspectos dessa estratégia cotidiana de reprodução dos papéis socialmente definidos:

Nosso grupo lá de Jacarepaguá nós temos: pessoas da terceira idade, sempre tivemos, desde a fundação; jovens, as crianças todas, que hoje estão adultas na época da fundação do PT, tinha um grupo das crianças, a gente fazia atividades pra divulgar o partido, que o partido era, pra fazer atividades culturais no bairro. [...] com representação teatral, com recital de poesia, com show musical, com atividades pras crianças de pintura, modelar, brincadeiras, pegava, quem não sabia, brincava, então conseguia, sucata, massinha, pintura, fazer jogos, fantoche, teatro de fantoches [...]. Então nós fazíamos atividades com as crianças todas, [...] e todo mundo ajudava. Então assim, era um sonho mesmo que foi possível da gente estar transformando em realidade. E as campanhas políticas eram feitas dessa forma [...]. Os candidatos, fazendo reunião na casa das pessoas, formando grupo de trabalho, grupo da escola, grupo da faculdade, levando sempre seus candidatos em algum lugar ou trazendo as pessoas em algum

lugar. A campanha era feita boca a boca, corpo a corpo. Literalmente a palavra corpo a corpo, era assim que a gente fazia. [...] Era horrível os panfletos, a gente desenhava a estrela do PT à mão, muito engraçado, escrevia à mão, porque antigamente eram só as máquinas que escreviam. E aí, vai mais rápido, as professoras geralmente eram as mulheres que tem letra redonda, e as meninas Rita, Aparecida, que são professoras primárias, e tem a letra redondinha, elas que escreviam os panfletos pra gente.

Yvone foi uma das fundadoras do PT do Rio, associada ao núcleo de Jacarepaguá. Militou no movimento secundarista e possui formação católica ativista, sempre realizou trabalho voluntário associado à igreja, e transferiu para o partido a sua força de organização. Avalia que, apesar do partido haver assumido as bandeiras da luta feminista, ainda havia limitações quanto a um debate mais amplo.

Então trazíamos a questão das mulheres, quem discutia muito com a gente, lá [...] apenas candidatas mulheres, foi quando a gente teve a Cleonice, a Cleonice discutia, então tinha um grupo feminino que chegou uma época, que o número de mulheres da militância do PT em Jacarepaguá era maior do que o número de homens. Então, esse lugar já tinha sido ocupado. Aí vinha a Teresa, também que teve cargo de Diretório, a Cleonice também foi presidente do PT e candidata a deputada pelo PT de Jacarepaguá. Então assim, essas bandeiras elas eram colocadas e respeitadas, mas, uma ampla discussão, não tinha. Mentira de quem disser que teve porque não tinha mesmo, entendeu?

A condição feminina é assim redefinida através das táticas e estratégias do cotidiano da militância política. A trajetória de Iná deixa claro como suas escolhas pessoais foram formadas por sua condição de militante ativista. Natural do Rio e, desde pequena, morando em Niterói, Iná militou desde o movimento secundarista, atuando, durante a ditadura, na clandestinidade em uma organização foquista. É presa e, depois de liberta, envolve-se no movimento pela libertação dos presos políticos, sendo uma das fundadoras do Comitê Brasileiro de Anistia. Na mesma época, ingressou no Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) e, através deste, assumiu o movimento de criação do PT de Niterói, participando ativamente da campanha de legalização. Formada em medicina pela UFF, atuou no sindicato dos médicos e foi presidente da CUT. Portanto, sua militância petista se processou tanto pelos movimentos clandestinos quanto pela luta sindical.

Essa dupla origem configura, por outro lado, uma



dupla frente na delimitação de sua trajetória como mulher militante. Quando indagada se havia machismo nos movimentos sociais, respondeu:

Tinha. Eu acho que tinha, ainda que eu nunca tenha me sentido vítima disso não. Até porque eu comecei a militar muito cedo e era sempre... No meio de muitos homens, porque eu era muito nova... Quando eu fui na... Na Conferência Municipal aqui do PCB aqui em Niterói, e eu nunca me esqueço disso, porque eu era a única mulher, e... tinha muito operário, porque o PCB aqui em Niterói tinha também uma participação operária muito grande, e eu era realmente uma figura, destoava. Mas eu não me sentia assim discriminada, as pessoas me olhavam com espanto. [...] Agora, no meio nosso de militância armada tinha um discurso... é, machista. É... “vai os homens, porque se você for, você é mulher, não vai dar conta”, e eu tive que brigar pra ter minha arma, do movimento armado, aí tinha uma visão... machista [...] No PT não. No PT eu me filiei logo no início da organização do partido, é... Quando a gente começou a organizar o diretório em Niterói eu fui a primeira secretária geral do diretório provisório... e a primeira presidente [...] Mas eu acho que o partido, é... Modificou, é... a maneira de se relacionar, de conviver, de, de uma série de coisas. Introduziu inclusive temas que a esquerda nunca enfrentou... Abriu espaços pra coisas que no Brasil são absolutamente fundamentais: a questão de gênero, a questão racial... A questão cultural, propriamente dita [...] o resgate da nossa história, o resgate das nossas lutas... O PT abriu uma, uma possibilidade imensa, num campo que a esquerda ortodoxa mais tradicionais jamais se moveu até a existência do PT [...] Eu acho que o PT nos deu, proporcionou a todos, a possibilidade da militância prazerosa. Ainda que eu tenha uma visão minha, pessoal, de que eu sempre militei... Com prazer. [...] Às vezes em conversa, já ouvi as pessoas: “ah, porque, o sacrifício, abriu mão de não sei quantas coisas, pra militância”, um pouco daquela visão da militância como um ato de.... E eu sinceramente acho que eu sou muito melhor do que eu seria se não fosse militante, que eu ganhei mais do que perdi e... Muito mais não só em quantidade, porque... Tudo bem, podia ter sido uma médica que ganhasse dinheiro num consultório, se não tivesse sido... [...] Então eu não perdi, eu ganhei, pelo contrário, eu ganhei foi... Poder ser uma médica com uma possibilidade muito maior... De fazer medicina melhor, inclusive.

Sua resposta envolve uma concepção integral da trajetória militante que acabou por definir a sua própria

identidade feminina: mãe, profissional e militante e por isso mesmo um ser político completo.

Compartilhando uma trajetória semelhante, encontra-se Etelvira. Nascida em Fortaleza, Etelvira herda do pai o interesse pela política, pois ele era militante do PCB. Casou-se aos 20 anos, trabalhou, cuidou da família e militou. Mudou-se de Fortaleza para acompanhar o marido no mestrado em São Carlos e, depois, no doutorado no Rio. Construiu sua trajetória pessoal através da interseção entre as esferas política e privada. No seu relato, valoriza o trabalho de construção cotidiana de uma ideologia que defendesse os valores de esperança e do sentido de comunidade, ambos definidos pela ação coletiva e partidária.

Ingressou no PT através da militância no Comitê Brasileiro de Anistia sendo uma das fundadoras do núcleo zona sul do Rio. Sua militância integrava os espaços de sociabilidade da casa ao partido, reproduzindo no cotidiano da militância sua identidade feminina doméstica:

Às vezes eu ficava com os filhos de outras pras outras irem, porque elas tinham um acesso maior, falavam pro público, enfim, então a Elzinha, nessa época, a Amanda tava.... Muito mais nova do que o meu filho, e comumente eu ficava com a Amanda pra Elza participar ou... e outras mães faziam isso. E a gente quando fazia aquelas grandes convenções, sempre tinha uma crechezinha, né, ficava duas, três mães com um monte de crianças. Agora, a minha participação era muito mais de uma militante de um núcleo. Não era... Cabeça, delegado... Isso só muito posteriormente, quando o partido começa a tomar outras formas e... e... Já não foi bem eu, já foi meu filho que entrou. Que... Eu, como delegada, como presidente disso, presidente daquilo, nunca fui, nunca quis, nunca.. Tinha todo um empenho, e uma disponibilidade, e uma vontade muito grande acertar, e a gente ia à luta, a gente vendia, a gente fazia festa, fazia almoço, fazia jantar, fazia o diabo pra fazer dinheiro, pra produzir campanha, e pra distribuir, era pra vender, a gente comprava e dava... Porque o partido não tinha dinheiro, a gente comprava..

Neste sentido, quando indagada sobre a questão da discriminação de gênero dentro do PT revela...

Todas as mulheres que quiseram e que foram capazes elas... Conseguiram. Eu não via isso não [...] Eu achava que a mulher capaz ela se sobressaia, tinha espaço pra ela. A que não era capaz, fazia o que era capaz, entendeu? [...] eu nunca, nunca fui... De puxar cordão, de falar em público... eu sempre participei das reuniões dos nossos zonais, dos nossos nuclinhos, mas quando eu ia pra uma convenção eu ia como militante e algumas vezes nem lembro, acho que eu fui como delegada uma vez ou duas, eu não lembro. Isso não fazia muito parte

do meu dia-a-dia. Eu queria participar, eu queria botar gente lá que defendesse o que eu queria, e eu tinha pessoas pra isso de sobra. A nossa zonal era riquíssima. Tinha cabeças fantásticas homens, mulheres... Indiscriminadamente. Tinha muita mulher e muito homem bom. Então eu não precisava, nem me esforçar, eu sou tímida, não consigo falar em público, eu fico tremendo, enfim... Desde o CBA era assim. Então... não me preocupa isso. Eu sabia que eu tava participando, eu sabia que tinha pessoas que defenderiam o que eu queria defender... Então, pra mim isso era tranquilo, nunca tive problema com isso[...] Quer dizer, foi uma ajudando a outra, uma segurando o filho da outra, uma empurrando a outra, ou uma esclarecendo a outra: "não, não é assim, e tal, você não entendeu, é do outro jeito, entendeu?", é essa coisa e é, e somos amigos até hoje, amigos pessoais, independentes da questão política. Porque a política une as pessoas, de um modo geral. Falando de um modo geral. Se somos políticos conscientes e honestos, você vira amigo, é meio difícil você lutar com tanta dificuldade e não ficar amigo.

Estela Regina, nossa última entrevistada, participou ativamente da fundação do PT de Niterói. Formada em Direito pela UFF militou pela Liga Operária durante a ditadura militar, vivendo muito próxima dos debates pelos rumos políticos da resistência. Sua trajetória de engajamento na construção do PT de Niterói definiu-lhe uma atuação direta no partido através da assessoria política de candidatos eleitos na região.

Eu tinha 20 anos quando entrei na faculdade. E aí era a efervescência do movimento. - Entrei em [19]70 mesmo, no marco de [19]70. Era aquela efervescência do movimento estudantil, juntinho da ditadura militar. E daí... no primeiro dia eu caí dentro do Diretório (risos), do qual eu estou hoje na assessoria do Paulo Eduardo. Quer dizer, de lá pra cá, você vê que é uma coisa bem coerente, se você ver toda a minha história de postura dentro da ditadura, dentro do movimento, é, tanto na época da ditadura, do partido clandestino em que eu participei antes de entrar no PT, é, antes de serem legalizados por partidos e tal, que aconteceu, se você olhar, é uma linha reta, da assessoria do vereador tão comprometido com tudo isso como é o Paulo Eduardo Gomes hoje em dia...

106

Das seis entrevistadas, talvez por falta de uma pergunta direta sobre o assunto, Estela foi a única que não discutiu a condição feminina como problemática do partido. Esse silêncio pode ensejar uma leitura ambígua: se por um lado indica que as diferenças de gênero não impuseram

uma hierarquia na militância política; por outro, pode indicar como os papéis de gênero definidos na dinâmica social mais ampla são reproduzidos pela lógica da militância. Em todo caso, a avaliação da trajetória dessas mulheres nos obriga romper com a visão dicotômica do processo de construção das identidades sociais. Nesse sentido, há que se abrir espaço para compreender a possibilidade de uma representação feminina que conjugue as bandeiras da luta social mais ampla às trajetórias pessoais, sem que isso implique, como bem apontou Iná, num sofrimento ou perda.

A luta política e as trajetórias femininas, a título de conclusão

A militância política de mulheres no Brasil dos anos 1980 definiu uma identidade feminina intrinsecamente associada à construção da esfera pública, amplificando as demandas realizadas na redefinição dos papéis sociais da esfera privada, ao mesmo tempo em que investiu de significado político as demandas cotidianas para a sobrevivência da mulher – pluralizada na sua inserção social como mãe de família, profissional inserida num mercado de trabalho e sujeito político.

O que de fato se constata, a partir da análise dos depoimentos de Glorinha, Zelma, Yvone, Etelvira, Iná e Estela Regina, é que todas elas construíram a sua identidade de mulher-militante complementarmente a sua identidade de mulher-profissional, mulher-mãe, mulher-prazer, como um todo integrado. Nesse sentido, o espaço social da mulher é sempre político, pois implica uma discussão profunda sobre a configuração das estratégias de poder e resistência em todas as instâncias da sua experiência – tanto pública quanto privada.

O fundamental é entender como as trajetórias de engajamento, em projetos de militância política, definiram uma identidade feminina que incorporou a pauta social mais ampla das demandas sobre os direitos da mulher, norteando sua experiência pessoal e íntima, a partir dos critérios de ação social elaborados na esfera pública. Nesse sentido, dentro do campo de possibilidades aberto pelo engajamento político da militância, configura-se uma identidade feminina própria, cujos atributos são, em linhas gerais, os seguintes: profissionalização que envolva um reconhecimento político e social; participação ativa nos quadros do partido, em diferentes níveis; defesa da bandeira do feminismo como uma questão partidária; resistência à discriminação sexual evidenciando as estratégias de poder dentro do sindicato, do partido e da própria família; associ-



ação entre militância e sociabilidade, e, por fim, a defesa de uma nova identidade feminina associada à dimensão integral do ser político.

O espaço social definido pela militância é um espaço de realização integral, independente da questão de gênero. Neste sentido, a experiência social dessas mulheres e de tantas outras que não tivemos oportunidade de entrevistar possibilitou o rompimento com uma visão monolítica da identidade feminina, incorporando, através da prática militante, as questões de classe, raça e de geração.

Referências

- BORBA, A. 1998. O PT e o feminismo. In: A. BORBA; N. FARIA e T. GODINHO, *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.
- GODINHO, T. 1998. O PT e o feminismo. In: A. BORBA; N. FARIA e T. GODINHO, *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.
- HOBBSAWM, E. 1995. *Era dos Extremos: o Breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCOTT, J. 1992. História das Mulheres. In: P. BURKE (org.), *A Escrita da História*. São Paulo, Unesp.
- SILVEIRA, M.L. 1996. Mulheres: o que está no ar. *Revista Teoria e Debate*, 31.
- SOARES, V. 1989a. Militância Feminina: maturidade ao Poder. *Revista Teoria e Debate*, 6.
- SOARES, V. 1989b. O Feminismo nas Políticas Públicas. *Revista Teoria e Debate*, 6.
- SOARES, V. 1998. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: A. BORBA; N. FARIA e T. GODINHO, *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- Companheiros e Companheiras. Comissão das Mulheres de São Paulo do PT. Documento. São Paulo, 11 de Julho de 1981.
- Jornal do PT. Publicação do Movimento Pró-Partido dos Trabalhadores, RJ, Ano I, no. 2, Março de 1980, p. 7.
- Movimento das Mulheres. Entre novembro de 1987 e maio de 1988.
- Mulheres. Boletim Nacional de Mulheres do PT. No. 1º de Agosto de 1993.
- Partido dos Trabalhadores. Documento Preliminar elaborado pela Comissão das Mulheres do PT-SP e entregue à Coordenação dos Grupos de Trabalho em 3 de dezembro de 1988.
- Partido dos Trabalhadores. II Encontro Nacional de militantes do movimento das mulheres. Circ no. SNMP 028/88 de 19 de setembro de 1988.
- Partido dos Trabalhadores. Programa alternativo de governo proposto em relação às mulheres. São Paulo, 24 de dezembro de 1989.
- Plano de ação de governo – proposta em relação às mulheres. Documento do Partido dos Trabalhadores – Diretório Municipal PT-Rio. Feito após 1984.
- Proposta de Emendas das Mulheres para o Primeiro Congresso do PT. Novembro de 1991.
- PT Informa Mulheres. Sub-Secretaria Nacional de Mulheres do PT. Eleições 1992. Publicação conjunta da sub-secretaria Nacional de Mulheres do PT e da Comissão Estadual do PT de São Paulo. Agosto de 1992.
- Sexto Encontro Nacional de Mulheres do PT. Proposta de texto-base ao 60. Encontro Nacional de Mulheres do PT. Belo Horizonte, 20, 21 e 22 de junho de 1997.
- Sub-Secretaria de Mulheres do PT/RJ. Documento. [s.d.]
- ARAÚJO, Estela Regina de. Entrevista realizada em 2 de dezembro de 2002. Niterói, Laboratório de História Oral e Imagem da UFF, 2002.
- BORBA, A.; FARIA, N. e GODINHO, T. 1998. *Mulher e Política: Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- OLIVEIRA, Etelvira Cunha. Entrevista realizada em 12 de dezembro de 2002. Niterói, Laboratório de História Oral e Imagem da UFF, 2002.
- RABELLO, Zelma. Entrevista realizada em 20 de outubro de 2002. Niterói, Laboratório de História Oral e Imagem da UFF, 2002.
- RIBEIRO, Maria da Glória. Entrevista realizada em 1º de abril de 2003. Niterói, Laboratório de História Oral e Imagem da UFF, 2003.
- SOUZA, Iná Meirelles de. Entrevista realizada em 29 de novembro de 2002. Niterói, Laboratório de História Oral e Imagem da UFF, 2002.
- SOUZA, Yvone Costa de. Entrevista realizada em 27 de fevereiro de 2003. Niterói, Laboratório de História Oral e Imagem da UFF, 2003.

Fontes

- As Eleições de 1998. Ações Afirmativas. Secretaria das Mulheres PT/DF [s.d.].
- Comissão das Mulheres do PT-SP. Documento. São Paulo, 2 de junho de 1982.